

ATA RELATIVA À AUDIÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2023 – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA – SECRETARIA DA FAZENDA - ELABORAÇÃO DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Aos dez dias do mês de abril de 2023, a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, através da Secretaria da Fazenda, em cumprimento ao que estabelece a legislação em vigor, especialmente ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, art. 48, § único, realiza audiência pública eletrônica durante o processo de elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, através da disponibilização de arquivo, contendo as informações preparadas pela área fazendária. A apresentação ficará disponível para consulta através do link <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/>, conforme divulgação no *site* da Prefeitura e na Imprensa Oficial. Também foi disponibilizado o e-mail: fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br, como canal de interação com os munícipes para esclarecimento de dúvidas ou para a oferta de contribuições, visando assegurar a transparência e colaborando com a ampliação da participação popular no sentido de esclarecer a sociedade sobre a elaboração da LDO 2024 e aproveitar as sugestões para o aperfeiçoamento constante dos programas de governo possibilitando a construção de um planejamento voltado ao desenvolvimento social e econômico sustentável do município, proporcionando maior efetividade à gestão pública. Além disso, com o fito de identificar quanto às áreas consideradas prioritárias e obter subsídios adicionais que possam aprimorar o projeto em tela, foi disponibilizada no período de 15 de fevereiro a 15 de março p.p, neste mesmo link: <https://www.indaiatuba.sp.gov.br/fazenda/orcamento/>, uma ferramenta que viabilizou a participação popular no planejamento orçamentário de forma interativa, através da seleção de prioridades e oferta de sugestões, permitindo assim o aproveitamento da referida consulta pública em todas as peças de planejamento a serem elaboradas neste exercício. A apresentação é conduzida pela Secretária Adjunta da Fazenda, Paula Fernanda Sciamarelli, que inicia com uma explicação sobre o processo de planejamento e sua exigência legal em todas as esferas de governo, detalhando as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) e suas periodicidades, esclarece que o projeto da LDO é remetido ao poder legislativo em abril, compreendendo as diretrizes para elaboração do orçamento que se pretende executar no próximo exercício e que é remetido ao poder legislativo em outubro, quando então são valorizadas os programas e ações. Relata que o projeto da LDO dispõe sobre diretrizes gerais, estrutura e organização do orçamento, as prioridades e metas fiscais de receita e despesa, resultado primário e nominal, dívida pública, mecanismo de equilíbrio, alterações na legislação tributária, disposições de despesas com pessoal e encargos, limitação de empenho, reserva de contingência, riscos fiscais, avaliação de resultados dos programas, condições e exigências para transferência de recursos a outras entidades, critério para início de novos projetos e incentivo a participação popular. Explica que o objetivo da LDO é dispor sobre metas fiscais de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, analisando o cenário econômico para prever alterações na arrecadação e consequentemente na despesa. Relata que no momento da avaliação do cenário econômico são observados eventos que causaram ou causam mudanças na economia como a Pandemia do COVID19 ou Guerra entre a Ucrânia e Rússia. Também avalia o cenário atual, dinâmico, com incertezas e de difícil previsibilidade, devido à pressão inflacionária e alta taxa de juros. Esclarece que a avaliação do cenário econômico se faz mais importante no momento da elaboração da LDO, uma vez que para definir as metas fiscais de receita e despesa, dívida consolidada e resultado primário e nominal são necessárias análises do PIB, inflação e taxa Selic. Quanto ao processo de planejamento da LDO para 2024, explica que o cenário macroeconômico atual possui muitas incertezas e que os dados do passado não são padrão para previsões devido as grandes variações nos últimos anos e que, portanto, o projeto da LDO está baseado nas informações do momento presente e de acordo com expectativas dos órgãos técnicos nas áreas

econômicas, pesquisas e estatísticas. Em seguida demonstra alguns dados econômicos, iniciando pelo PIB Brasileiro que em 2022 apresentou um crescimento de 2,9% comparado com exercício anterior e que esse crescimento se deu em sua grande maioria pelo setor de serviços que recebeu estímulos fiscais após a crise do período pandêmico. Ainda sobre o comportamento do PIB, apresenta um gráfico onde é possível observar que no final de 2022 há uma queda e complementa que as expectativas para 2023 são de recuo, inferior a 1%. Outros fatos apresentados são o encolhimento da produção industrial, devido a alta na taxa de juros e inflação e o comportamento da cotação do dólar. Continuando com os dados econômicos, demonstra o PIB Paulista, que apresentou um crescimento 2,8%, também impulsionado pelo setor de serviços e que também tem previsão de redução em 2023 de acordo com a Fundação SEAD. Demonstra o índice de desemprego no Brasil, que apresentou uma queda em 2022, consequência da retomada da econômica pós pandemia, ainda que com aumento do número de empregos informais. Expõe os dados da Inflação através de um gráfico da desvalorização do real, onde observa que no início do plano real era possível adquirir vários itens e hoje proporcionalmente houve uma redução no poder de compra em 85%. Informa que de acordo com IPCA, a inflação brasileira em 2022 fechou em 5,79%, ficando acima das metas projetadas, mas inferior a inflação de outros países europeus que também passam pela recuperação econômica. Explica que o recuo da inflação brasileira próximo as metas projetadas são decorrentes da elevação da taxa de juros e que as perspectivas para 2023 são de 6% de acordo com o Boletim Focus e complementa a informação da inflação com gráfico da relação entre a inflação e Selic. Sobre a Selic, compara a Selic de 2020 de 2% com a de 2022 de 13,75% para demonstrar a alta taxa no cenário atual e apresenta a expectativa de leve queda para 2023, devendo chegar aos 12,75%. Para a elaboração da LDO, explica a importância da verificação e análise dos dados econômicos, visto que para prestação dos serviços públicos, o município depende da arrecadação de recursos e estes podem sofrer interferências econômicas. Explica que no momento da elaboração da LDO são realizadas estimativas de receitas e despesas de acordo com a situação econômica e que é impossível prever situações adversas fazendo-se necessário o acompanhamento constante do cenário econômico e da execução do orçamento atual para realizar eventuais adaptações na elaboração do orçamento (LOA). Tendo em vista as incertezas no cenário econômico para elaboração da LDO 2024, apresenta as principais receitas e as influências econômicas que podem alterar seus comportamentos como o ICMS que depende desempenho das empresas, o IPTU que depende da UFESP, aumento de unidades imobiliárias e da inadimplência, o FPM que depende da taxa de desemprego e indústria automobilística e IPVA que depende do aumento da frota. Explica que o projeto da LDO contém diversos anexos, como o Anexo de Riscos Fiscais em que o objetivo é demonstrar os possíveis eventos com potencial de afetar o equilíbrio fiscal, descrevendo as providências a serem tomadas, eventos como a frustração da receita, restituições não esperadas, despesas não orçadas ou orçadas a menor e explica que na elaboração do orçamento já há uma previsão da reserva de contingência para amparar esses possíveis eventos. O Anexo de Metas Fiscais que possui 8 demonstrativos, no demonstrativo 1 são observadas as metas de receitas e despesas para o próximo exercício (2024) e para os próximos 2 anos, além do resultado primário e nominal e a dívida pública consolidada, no demonstrativo 2 apresenta os resultados do exercício anterior ao da elaboração da LDO (2022), no demonstrativo 3 é avaliado do exercício anterior ao da elaboração (2022) e projetado o resultado para o próximo exercício (2024), o demonstrativo 4 dispõe sobre a evolução do Patrimônio Líquido desde de 2020 até o último exercício encerrado, o demonstrativo 5 apresenta a aplicação dos recursos provenientes da Alienação de Bens, o demonstrativo 6 apresenta a situação financeira do RPPS e a meta atuarial, o demonstrativo 7 compreende a estimativa da compensação da renúncia da receita e o demonstrativo 8 demonstra a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Explicou que o Anexo da Estrutura Orçamentária, se assemelha ao organograma, da estrutura administrativa do município

(Prefeitura e Entidades integrantes do orçamento), sendo codificadas em unidades orçamentárias e que os Anexos de Descrição dos Programas Governamentais (V) e de Unidades Executoras e Ações para Desenvolvimento dos Programas (VI), apresentam a codificação de todos os programas e ações que se interrelacionam às unidades orçamentárias, sendo a tradução das prioridades constantes no plano de governo para a linguagem orçamentária. Explica que, além das exigências legais da estrutura (anexos) do projeto da LDO, das alterações na legislação municipal, da análise econômica e alinhamento ao plano de governo, também são coletados os anseios da população por meio da ferramenta “Planejamento Interativo” e que todos essas variáveis são analisadas e quantificadas para checar a viabilidade técnica e a possível inclusão no orçamento das sugestões coletadas. Encerrou a Audiência de elaboração da LDO 2024 reforçando a disponibilização do e-mail fazenda.audiencia@indaiatuba.sp.gov.br para dúvidas e sugestões. O vídeo da audiência da Lei Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 tem duração de 1 (uma) hora e 32 (trinta e dois) minutos e foi disponibilizado na data e horário convencionados. Eu, Larissa Bruna de Almeida, DAS III, lavrei e assinei a presente ata. Indaiatuba, em 11 de abril de 2023.